



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número _____ / x (___ª)

PERGUNTA Número 2556 / x (4ª)

Expeça-se
Publique-se
3 / 6 / 2007
O Secretário da Mesa
<i>Rodrigues</i>

Assunto: Falta de resposta a candidatura de jovem desempregado a apoio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas

Destinatário: **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social**

Exm.º Sr. Presidente da Assembleia da República

O cidadão Jorge Guedes (Rua do Laranjal, n.º 3 – Condomínio do Serrado – Vivenda H – Póvoa de Penafirme, 2560-046 A-dos-Cunhados, Torres Vedras), encontrando-se desempregado, há mais de um ano, dirigiu-se ao Governo (primeiro-ministro, ministro da Agricultura, do desenvolvimento Rural e das Pescas, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e Ministro da Economia e Inovação) solicitando apoio para uma iniciativa empresarial no sector agrícola, no quadro das ajudas para a criação do próprio emprego, que o Governo tanto propagandeia.

O Gabinete do ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas reencaminhou a solicitação para o ProDer, o que, naturalmente, não responde ao problema.

O Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) / Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social informou-o que, no quadro da actual legislação, os programas ILE (Iniciativas Locais de Emprego) e APE (Apoio a Projectos de Emprego) não contemplam a criação do próprio emprego no sector agrícola.



Isto é, um envia-o para um programa incompatível de enquadrar a solicitação. Outro tem o programa adequado à solicitação mas não se aplica à agricultura!

Conclusão: é possível apoiar a criação de empresas em todas as áreas e sectores de actividade, com excepção da agrícola (e talvez também nas pescas)!

Ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, solicito ao Governo que, por intermédio do **Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social** me sejam prestados os seguintes esclarecimentos:

1. Que razões explicam que os programas do IEPF não abranjam a actividade agrícola?
2. Como pode o jovem criar o seu próprio emprego, formando uma empresa na agricultura?
3. Que medidas concretas podem ser avançadas pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social e/ou Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas para responder à situação concreta do jovem desempregado Jorge Guedes?

Palácio de S. Bento, 3 de Junho de 2009

O Deputado,

Agostinho Lopes